
URBANIZAÇÃO E AGRONEGÓCIO: PETROLINA, A CIDADE ESTÁ EM CENA

Maria de Fátima Macêdo Landim
Mestranda em Geografia pela UFPI.
E-mail: fmlandim@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/8459479861067121>

Maria Tereza de Alencar
Orientadora. Professora Adjunta do Curso de Geografia
UESPI e UEMA. Coordenadora do NUPERRE. Doutora em Geografia pela UFS.
E-mail: mtalencar@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/6020049656567785>

Resumo: O artigo que ora se apresenta objetivou tecer algumas reflexões acerca das novas dinâmicas de urbanização impulsionadas pela difusão da agricultura científica que intensificou o crescimento das “cidades do agronegócio” visando o atendimento das crescentes demandas de produtos e serviços do campo, transformando as relações campo-cidade. Tomou-se como modelo dessa urbanização, a cidade de Petrolina situada no semiárido pernambucano que, em um contexto de internacionalização da economia brasileira, colocou-se como pólo de desenvolvimento para o Estado e a região. Constatou-se que, a cidade articulada a uma rede global, dinamizou-se pelo agronegócio recodificando seus espaços, refuncionalizando-os, sintetizando diferentes temporalidades, revelando um novo urbano em construção. Utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e levantamento fotográfico.

Palavras-chave: Urbano. Políticas Públicas. Agronegócio.

URBANIZATION AND AGRIBUSINESS: PETROLINA, THE CITY IS ON SCENE

Abstract: Article herein presented aims to make some reflections on the new dynamics of urbanization driven by the diffusion of scientific agriculture that intensified growth "cities agribusiness" aimed at meeting the growing demands for products and services of the field, transforming relations field-city. He took up this model as urbanization, the city of Petrolina located in semiarid Pernambuco, in a context of internationalization of the Brazilian economy, put up as a center of development for the state and region. It was found that the city linked to a global, network spurred up by agribusiness, recoding their spaces, refuncionalizando them, synthesizing different times, revealing a new urban construction. Was used as the methodological procedure literature and photographic survey.

Keywords: Urban. Public Policies. Agribusiness.

URBANIZACION Y AGRONEGOCIO: PETROLINA, LA CIUDAD ESTA EM ESCENA

Resumen: El artículo que aquí se presenta tiene como objetivo hacer algunas reflexiones sobre las nuevas dinámicas de urbanización impulsado por la difusión de la agricultura científica que se intensificó con el crecimiento de las "ciudades agronegocio" orientado a satisfacer la creciente demanda de productos y servicios del campo, la transformación de las relaciones campo-ciudad. Él tomó este modelo como la urbanización, la ciudad de Petrolina situado en semiárido Pernambuco, en un contexto de internacionalización de la economía brasileña, presentados como un polo de desarrollo para el estado y la región. Se encontró que la ciudad vinculado a una red global, impulsada por la agroindustria, la recodificación de sus espacios, refuncionalizando ellos, sintetizando diferentes momentos, dejando al descubierto una construcción urbana. Fue utilizado como la literatura procedimiento metodológico y peritaje fotográfico.

Palabras clave: Urbana. Políticas Públicas. Agronegocios.

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no mundo contemporâneo, face à globalização e ao desenvolvimento tecnológico, tem se tornado cada vez mais complexo, estando subjacente na dinâmica de organização dos espaços urbanos e as novas relações entre os diversos atores sociais que os produzem e os consomem, sustentadas no intenso fluxo de capital, de tecnologia e de informações. É nesse contexto que no Brasil, desde as últimas décadas do século XX, “se processa a produção dos espaços urbanos não metropolitanos, aqui incluídas as cidades do agronegócio” (ELIAS, 2007, p. 115). Trata-se da produção do que Santos (2008) chama de “cidade regional”.

São arranjos urbanos de médio porte que se desenvolvem no interior do país articulados ao agronegócio, como também de cidades já estruturadas que reorganizam seus espaços, assumem novos contornos com vistas ao atendimento das demandas de produtos e serviços dos espaços agrícolas circundantes. É assim que, algumas cidades “de dimensões intermediárias do interior do país tiveram sua expansão ligada ao desenvolvimento da agricultura nas áreas em que se localizam” (SILVA 1998, p. 26), crescendo do ponto de vista demográfico e econômico.

Cumprido frisar que, o recrudescimento da demanda do campo em relação à cidade justifica-se pela crescente modernização da atividade agrícola que redefiniu o consumo do campo, este, “deixou de ser apenas consumptivo para se tornar cada vez mais produtivo, e criou demandas até então inexistentes” (ELIAS, 2006, p. 62), transformando as tradicionais relações campo-cidade. Seguindo essa tendência vem se desenvolvendo “cidades do

agronegócio” nos Estados de Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

São espaços onde o capital financeiro, dentro de um processo de seletividade espacial supranacional, encontrou condições de sobrevivência atraído por políticas de incentivos legitimadas pelo Estado e com apoio de forças internas do lugar, impondo novas dinâmicas na produção dos arranjos espaciais. Refletí-los, requer adentrar em uma rede de relações, extrapolando os limites físico-administrativos da cidade, identificando os construtos desse fazer urbano no Semiárido nordestino, com ênfase em Petrolina (PE) que experimenta esse processo, projetando-se economicamente no cenário regional/nacional, suscitando a predisposição em investigá-la ante o estado de intensa transformação em que encontra-se.

Utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica visando a construção de uma fundamentação teórica essencial na busca de pressupostos que contribuam para a compreensão do espaço local a ser analisado. Buscou-se fundamentação em Andrade (2007), Corrêa (1989), Elias (2006, 2007), Porto (2006), Santos (1997, 2009a, 2009b), Silva (1998) e em consulta aos sites oficiais de Petrolina, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e do Ministério da Integração Nacional - MI. À revisão bibliográfica acresceu-se levantamento fotográfico capturando na paisagem da cidade suas diversas produções. A análise aqui entabulada encontra-se estruturada em duas seções.

Na primeira, “Agronegócio e as novas dinâmicas de urbanização” discorre-se sobre a produção do urbano articulando-o ao agronegócio, observando o papel das redes e do Estado, vislumbrando elementos que respaldem a produção desses espaços no Semiárido nordestino. Na segunda, “Petrolina: um novo urbano em construção”, aborda-se sobre a organização do espaço urbano de Petrolina em função do agronegócio, identificando elementos que corroborem com a edificação de um novo urbano.

AGRONEGÓCIO E AS NOVAS DINÂMICAS DE URBANIZAÇÃO

O espaço urbano tem sua produção intrinsecamente articulada à dinâmica da economia, passando por significativas transformações ao longo de sua evolução. Constitui-se, conforme Corrêa (1989), no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, resultando de ações engendradas por agentes sociais concretos - proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado, grupos sociais excluídos.

Sob esse enfoque, o urbano envolve distintas dimensões, encontrando-se em constante processo de transformação. Nesse sentido, a cidade conforme Andrade (2007, p. 15),

enquanto materialização do urbano “deve ser entendida a partir de permanentes processos de transformação demarcados por uma intrincada rede de relações que assumem uma complexidade no mundo contemporâneo conduzido pela velocidade técnica [...]”. Representa, portanto, diferentes modelos de sociedades e ideologias, assumindo variadas formas e funções, construindo paisagens singulares, cujas especificidades só podem ser compreendidas à luz de seu tempo. Santos afirma que,

No espaço, as formas de que se compõem a paisagem, preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual (2009a, p.104).

Destarte, é no contexto do “meio técnico-científico-informacional” preconizado pelo próprio Santos (1997), face ao desenvolvimento da agricultura científica, que se justifica a produção de espaços urbanos incrementados pela difusão do agronegócio, modificando a clássica relação campo-cidade que “sempre existiu através da troca entre si. Embora essa relação fosse essencialmente de “poder” da cidade sobre o campo [...] tudo que proviesse do campo - tudo era tido como “atraso” [...]” (SILVA, 1998, p. 60).

Conquanto, essa ideia retrógrada do campo vem sendo reformulada consoante sua reestruturação promovida pela revolução tecnológica e pelo surgimento de cidades que simbolizam o crescimento de espaços urbanos integrados ao campo, marcadas “pela diversidade de funções exercidas durante as diferentes etapas do processo produtivo (safra e entressafra), sendo o período de safras o de maior fluidez revelando a especialização de cada cidade, afetando todos os setores econômicos [...]” (ELIAS, 2007, p. 121), redefinindo padrões de organização.

São novas dinâmicas de urbanização impulsionadas pelo agronegócio. Resultam da “inserção passiva do país à economia e consumo globalizados” (ELIAS, 2006, p. 32), que articulados em redes “criaram possibilidades técnicas e organizacionais de transferir à distância ordens e produtos e determinaram especializações produtivas solidárias a nível global” (SILVA, 1998, p. 32), ratificando relações capitalistas no campo, selecionando espaços onde as vantagens locacionais são estratégicas.

Promovem uma “guerra global dos lugares” (SANTOS e SILVEIRA, 2010), relativizando fronteiras, rompendo barreiras físicas, sendo crucial a atuação do Estado com políticas de incentivos e oferta de infraestrutura visando atrair capital para as bases regionais/locais. É nesse contexto de aparente desterritorialização, que se estabelecem

intercâmbios entre “horizontalidades e verticalidades” (SANTOS, 1997), tendo nas cidades os “nós”, os “nexos” de imbricação, de intensificação de trocas.

O espaço local constitui-se cada vez mais, na sua relação com o mundial, criando estruturas de cooperação, emergidas das possibilidades técnicas que alimentam as relações centro/periferia. Santos argumenta que,

As horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições). São cimentadas pela similitude das ações (atividades agrícolas modernas, certas atividades urbanas) ou por sua associação ou complementaridade, vida urbana, relações cidade-campo. As verticalidades agrupam áreas ou pontos, ao serviço de atores hegemônicos não raro distantes. São os vetores da integração hierárquica regulada doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada e controlada à distância (1997, p.54).

Compõem, nas palavras de Santos e Silveira(2010), os circuitos espaciais da produção, de circulação de bens e produtos, comandados por capitais, informações e ordens mediante verdadeiros círculos de cooperação produzindo os espaços luminosos, aqueles que mais acumulam densidade técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização.

É assim que, alguns dos espaços agrícolas do Nordeste brasileiro, “espaços luminosos” (SANTOS, 1997), foram eleitos pelo agronegócio alterando sua organização socioespacial, recodificando as relações campo/cidade, cabendo à cidade o local a normatização dessas relações, de criação de infraestrutura (construção de aeroportos, portos, vias de acesso, etc.) visando a circulação e escoamento da produção; de incremento das atividades econômicas, a estruturação do processo de cooperação. Nesse sentido, a cidade tornou-se,

[...] O *locus* da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a se aperfeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhes respostas cada vez mais imediatas (SANTOS, 1997, p. 148).

Destaque-se que, essa estruturação urbana no interior do Nordeste, deve ser vista como um desdobramento de políticas públicas, com alicerces fundados a partir da década de 1950, sob comando do Estado desenvolvimentista - provedor de infraestrutura - que orquestrou um conjunto de ações, visando à redução das desigualdades regionais. Conforme Porto (2006, p. 83), foram “criados os elementos de infraestrutura de circulação [...] instituições gestoras regionais [...]”.

Dentre essas, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, relevante para o desenvolvimento da região, cujas adversidades e diversidade de potencial demandava tratamento diferenciado para o Semiárido. Investimentos públicos foram alocados

para a região, através de planos de desenvolvimento, com políticas de irrigação, inserindo espaços periféricos na dinâmica de acumulação capitalista com a agricultura moderna. O Semiárido pernambucano foi precursor na implantação da agricultura científica no Nordeste redefinindo o papel de seu espaço rural no âmbito regional.

Ainda nos 1980, o submédio do rio São Francisco foi o primeiro a viver esse processo de difusão da agricultura científica e do agronegócio e hoje possui importante região produtora de frutas, voltadas especialmente para a exportação, notadamente seus municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). [...] nessas áreas são visíveis às reestruturações da produção e do território, com inúmeras consequências sobre os elementos sociais e técnicos da estrutura agrária (ELIAS, 2006, p. 31).

Tal reestruturação ocorreu no contexto da crise do Estado desenvolvimentista e sob a égide do Estado Neoliberal, norteadas pelo redimensionamento do papel do Estado nas políticas de desenvolvimento regional, com retração e arrefecimento dos investimentos públicos. Dessa forma, do seio da crise despontou um novo paradigma de desenvolvimento, caracterizado pela adoção de estratégias de descentralização com políticas públicas tímidas e expressiva participação de novos atores e arranjos com a iniciativa privada.

Nesse cenário, segundo Porto (2006), modificaram-se os processos produtivos e os procedimentos de atuação dos Estados em potencializar o desenvolvimento, alterando as políticas regionais em seus métodos e em suas capacidades de intervenção, inaugurando um novo método de atuação estatal nas políticas de desenvolvimento. Assim sendo, foram criadas pelo Ministério da Integração Nacional, as Redes Integradas de Desenvolvimento Econômico - RIDE's, na qual Petrolina insere-se com o Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

A RIDE têm como objetivo,

[...] articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos Estados e dos Municípios para a promoção de projetos que visem a dinamização econômica de territórios de baixo desenvolvimento e assim, acabam conseguindo prioridade no recebimento de recursos públicos destinados à promoção de iniciativas e investimentos que reduzam as desigualdades sociais e estejam de acordo com o interesse local consensuado entre os entes participantes (BRASIL, 2012).

A RIDE Petrolina/Juazeiro foi criada em 2001 para sediar o maior e mais dinâmico polo de fruticultura irrigada do Brasil, de base exportadora e cuja produção, em grande parte, é voltada para os mercados dos Estados Unidos, Europa e Japão. É formada por oito municípios, sendo quatro municípios do Estado de Pernambuco (Lagoa Grande, Orocó, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista) e quatro da Bahia (Casa Nova, Curaçá, Juazeiro e Sobradinho). É coordenada pela CODEVASF.

A constituição da RIDE Petrolina/Juazeiro com pólo agroindustrial na região do Semiárido reforça a prerrogativa de que “no processo de organização de seu espaço o homem

age seletivamente. Decide sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos” (CORRÊA, 2001, p. 36). A aludida RIDE abrange uma área de 33.947,8 km², detendo 686.530 mil habitantes (IBGE, 2010). Conta atualmente, com uma superfície de mais de 100.000 hectares irrigados, entre projetos públicos e privados, e um potencial de cerca de 220.000 hectares, ratificando o preceito de dinamização econômica em escala regional, promovendo transformações de grande magnitude em suas cidades pólos, sobretudo, em Petrolina, cujas especificidades são agora objeto de reflexão.

PETROLINA: UM NOVO URBANO EM CONSTRUÇÃO

Receptáculo urbano das transformações gestadas pelo agronegócio no espaço rural do município, Petrolina (Figura 1) tornou-se polo, refletindo dinâmicas de crescimento econômico determinadas por imperativos globais, produzindo impactos significativos e de toda natureza que não cessam de se manifestar na sua paisagem. Em cena, Petrolina transforma-se, recodifica-se, diversifica sua economia e expande-se.

Figura 1. Vista panorâmica de Petrolina (PE).



Fonte: LANDIM. Março/2012

Novos e expressivos arranjos espaciais são produzidos, tendo como marco os anos 80 do século passado, registrando-se nesta década a edificação de obras fundamentais para a consolidação de uma base frutícola que fez de Petrolina o maior polo agroindustrial de Pernambuco. A começar pela implantação na zona rural do município, do Perímetro Irrigado

Nilo Coelho, utilizando moderna tecnologia, sendo o maior perímetro público irrigado em funcionamento no Brasil.

O Nilo Coelho entrou em funcionamento com 9.263 hectares, área que foi ampliada, perfazendo atualmente 40.763 hectares, dos quais 22.328 hectares são irrigados. Sua implantação incrementou o agronegócio tornando-se a força motriz da economia petrolinense e da região do Vale do São Francisco onde se insere, respondendo pelas elevadas taxas de crescimento econômico com a produção e exportação de frutos tropicais, propiciando a geração de 90.622 empregos diretos e indiretos (CODEVASF, 2012).

Soma-se a isso, a construção do Aeroporto Internacional Senador Nilo Coelho, também nos anos 1980, um dos principais do Nordeste. Além de atender à demanda de exportação de frutas da região, atende a mais de 53 municípios nos Estados de Pernambuco, Bahia e Piauí, fazendo de Petrolina o segundo portão de entrada por via aérea do Estado de Pernambuco. Polarizadora, a cidade pluralizou-se por diferentes culturas, atraindo migrantes em busca de novos investimentos ou ocupação no mercado de trabalho, concorrendo para o expressivo aumento do contingente populacional do município que se destaca entre os demais que compõem a microrregião onde se insere.

Petrolina é o município da RIDE com maior densidade demográfica, (58.89 hab/km²). Conforme dados do IBGE (2010) sua taxa de crescimento populacional ao longo das últimas três décadas passou por uma expressiva elevação, registrando-se no período de 1980 a 2010, um acréscimo aproximadamente de 170% no número de habitantes. Esse crescimento demográfico mostrou-se particularmente significativo de 1980 a 1990, período da expansão da agricultura irrigada, com acréscimo em torno de 70%.

Nas décadas de 1990 a 2000 houve decréscimo dessa taxa, que foi de apenas 25%, devendo-se, em parte, à emancipação de uma área que estava sob a jurisdição de Petrolina. Entre as décadas de 2000 e 2010, a população voltou a crescer em 34%. Essa variação demográfica é representativa das influências de políticas públicas, como também do comportamento do mercado interno com o incremento do setor secundário e principalmente do terciário, que se colocam como atrativos.

Ressalte-se que, embora a população tenha sido atraída pela atividade rural, cerca de 75%, ou seja, 219.207 habitantes concentra-se no espaço urbano (IBGE, 2010), causando grande impacto na ocupação do solo urbano proliferando áreas com precárias condições de moradia (Figura 2), contrastando com áreas de médio/elevado padrão (Figura 3) acirrando a segregação socioespacial. Essa estratificação socioespacial é reflexo do sistema capitalista que norteia a cidade, visto que, “[...] cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do

ponto de vista capitalista, e a divisão interna do trabalho a cada aglomeração não lhe é indiferente” (SANTOS, 2009c, p. 125).

Figura 2. Periferia de Petrolina (PE).



Fonte: LANDIM. Março, 2012

Figura 3. Orla de Petrolina (PE).



Fonte: LANDIM. Março, 2012.

Por outro lado, a segregação é também reveladora do não atendimento das demandas urbanas pelo poder público e das intenções produtivistas que atuam nos diversos empreendimentos imobiliários privilegiando “determinados segmentos sociais, econômicos e os espaços mais rapidamente suscetíveis de uma reestruturação sustentada pelas inovações científico-técnico e pela globalização” (ELIAS, 2006, p. 28).

Face à essa realidade, as diferenças socioespaciais agudizam-se imprimindo na paisagem uma nova ordem que, “[...] trazida pelos vetores da hegemonia cria, localmente, uma desordem, [...] porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu objetivo - é uma autoreferência, sua finalidade sendo o próprio mercado” (SANTOS, 2009a, p. 334). Petrolina vivencia a chamada “urbanização terciária” (SANTOS, 2008), com crescimento do comércio especializado (Figura 4) e de serviços (Figura 5), incrementando sua economia.

Figura 4. Comércio Especializado



Fonte: LANDIM. Março, 2012.

Figura 5. Hotelaria



Fonte: LANDIM, Março, 2012.

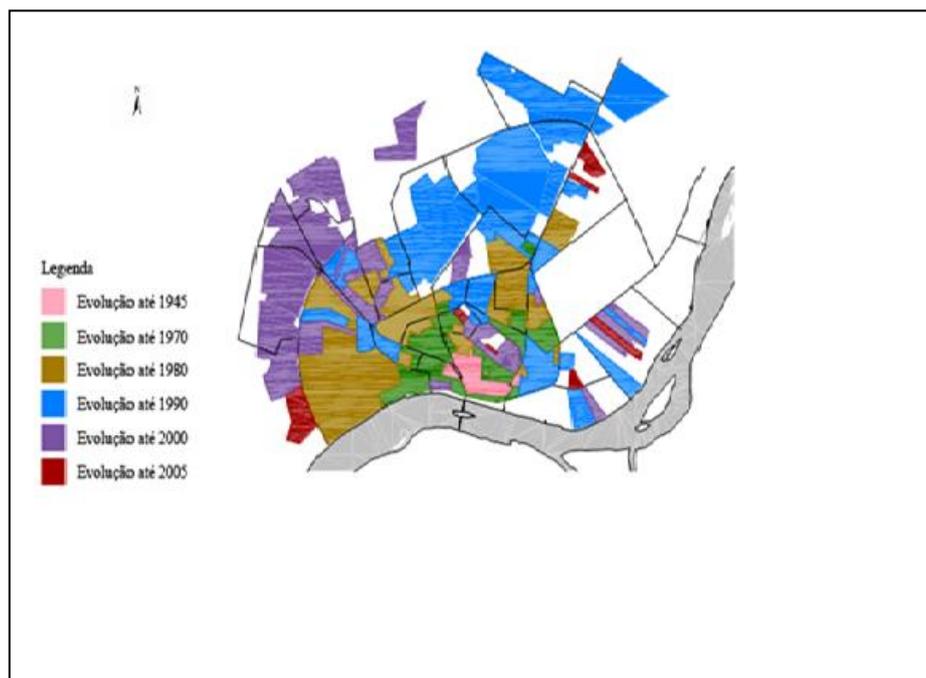
Outro importante dado a ser considerado como expressão do crescimento econômico de Petrolina é o seu Produto Interno Bruto – PIB (soma de todas as riquezas produzidas pelo

município) que em 2009 ficou acima de R\$ 1 bilhão (IBGE, 2010). A produção dessas riquezas evidencia, ao mesmo tempo, em que ratifica a existência de dois circuitos na economia de Petrolina, preconizados por Milton Santos (2008), o “circuito superior e circuito inferior”.

As atividades do circuito superior manipulam grandes volumes de mercadorias, enquanto as do circuito inferior, tanto no comércio quanto na fabricação, trabalham com pequena quantidade [...] No circuito superior os capitais são comumente volumosos, em relação com a tecnologia utilizada. Ao contrário, no circuito inferior, as atividades “trabalho intensivo” utilizam capitais reduzidos e podem dispensar uma organização burocrática (2008, p. 44-45).

Ressalte-se que, é no âmbito das relações entre esses circuitos que a economia petrolinense dinamiza-se, colocando-se entre os dez municípios brasileiros com maiores valores de produção agrícola, atingindo R\$ 430,9 milhões, propiciando-lhes ocupar a 6ª posição no *ranking* do valor de produção (IBGE). O impacto desse crescimento no espaço urbano é intenso com aceleração de sua expansão (Figura 6).

Figura 6 – Expansão Urbana Petrolina (PE) - 1945/2005



Percebe-se que, o adensamento da malha urbana de Petrolina apresentou-se tímido no período de 1945 a 1970, acelerando a partir da década de 1980 por ocasião do incremento do agronegócio no município. A partir de então, novos arranjos somaram-se às condições pré-existentes do lugar, expandindo-o em espaços cada vez mais hierarquizados pelo poder de compra de seus habitantes, misturando diferentes temporalidades, impondo o novo ao velho, o

moderno ao tradicional. Um dos exemplos dessa realidade é a orla fluvial que se verticaliza e horizontaliza com condomínios luxuosos colocando-se como um dos símbolos da modernização e opulência da cidade.

Evidencia-se um estado de permanente transformação na cidade, observável na refuncionalização de espaços remanescentes (Figura 7 e 8), na readaptação de velhas formas, ante o novo que se impõe, com a instalação de diversas atividades econômicas (comércios, bancos, prestadoras de serviços). Esses espaços, grande parte, localizados no centro da cidade, onde teve suas bases fundadas, destinavam-se outrora à outros fins, contando muito de sua pretérita história, realçando que, “o que há na paisagem atual, representa um tempo passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento”(SANTOS 2009, p. 140).

Figura 7. Espaço refuncionalizado no centro de Petrolina (PE).



Fonte: LANDIM. Março, 2012.

Figura 8. Espaço refuncionalizado no centro de Petrolina (PE)



Fonte: LANDIM, Março, 2012.

Destarte, Petrolina adicionando e suprimindo formas reconfigura-se, revelando um espaço em incessante transformação, marcado pela combinação de diferentes temporalidades, “mas é o novo que aparece como dotado de maior eficácia” (SANTOS, 2008, p. 106) na transitoriedade da textualidade de sua paisagem. Dessa forma, a cidade cresce e acresce-se de novos valores manifestos em um compósito urbano cada vez mais complexo constituindo-se, como diz Milton Santos (2009b, p. 125), “em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletivo. Sua materialidade é formada pela justaposição de áreas diferentemente equipadas [...] Cada lugar dentro da cidade, tem uma vocação diferente [...]”.

Ressalte-se que, dentro desse processo de seletividade, frações do espaço urbano de Petrolina experimenta alterações significativas, visto que, a “chegada do novo causa choque. Quando uma variável se introduz num lugar, ela muda as relações pré-existentes e estabelece outras. Todo o lugar muda” (SANTOS, 2008, p. 107) mediante a (re)orientação de uso, da lógica de organização espacial, de condições de infraestrutura, como também, da realização social e econômica em que se traduz. Petrolina encontra-se em ebulição, repleta desses lugares.

Em cena, mais do que feições, Petrolina impulsionada pelo agroeconômico mudou sua importância no contexto regional/nacional deixando patente que, a organização e sentido do espaço são produto da translação, da transformação e da experiência sociais (SOJA, 1993). Como espaço de movimento das contradições, nas condições da globalização e modernização, repleta de sentidos e de conflitos de toda natureza, expressos na tessitura de suas paisagens, possibilita “novas fontes de riqueza e novas razões de pobreza” (SANTOS e SILVEIRA, 2010, p. 286) na imanência futura.

CONCLUSÃO

Em tom não conclusivo, face à complexidade da realidade analisada em virtude das diversas dimensões que abarca e questões que suscita, depreende-se que, a produção do espaço urbano de Petrolina, nos moldes capitalista e articulada ao agronegócio, faz-se associada à ideia de progresso e realizações, voltada às exigências econômica, social e política da sociedade globalizada que nela se realiza acompanhando seu movimento. A cidade transforma-se cotidianamente.

Parametrizando sua dinâmica de organização por imperativos exógenos, ditados pela difusão do agronegócio, reflexo do global no local, de um tempo e uma lógica de

desenvolvimento, mobilizando e monopolizando investimentos encenando novos papéis. Amplia substancialmente suas funções, como também, o leque de possibilidades socioeconômicas e de relações com alcance cada vez mais longínquo.

Atrai pessoas em busca de realizações, diversificando-se socioculturalmente, adensando seu espaço revelando conflitos, típicos do urbano. Adaptando suas formas às inovações, à maiores intercâmbios norteados por assimétricas relações só podendo ser compreendida à luz dessas. Em resposta às diferentes necessidades do momento atual, moderniza-se internalizando valores externos que se somam à sua singular trajetória, redefinindo constantemente o significado de suas paisagens e suas relações, revelando um novo urbano em construção.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Sait Pereira de. Sentidos e nexos conceituais da cidade contemporânea. In: LIMA, Antonia Jesuíta de. (org.). *Cidades Brasileiras: atores, processos e gestão pública*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 13-26, 2007.

CODEVASF. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br>> acesso em: mar. 2012.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática. p. 7-15, 1989.

_____, Roberto Lobato. *Trajectoria da Geografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> acesso em: mar.2012.

ELIAS, D. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

_____, Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Cidades Médias: espaço em transição*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Disponível em <www.mi.gov.br> acesso em: mar. 2012.

PETROLINA. Disponível em: <<http://www.petrolina.pe.gov.br>> acesso em: mar. 2012.

PORTO, Edgard. As políticas de desenvolvimento regional do Brasil e seus reflexos sobre a região Nordeste. In: ELIAS, Denise; PEQUENO Renato (Orgs.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. 4. ed. 5 reimp. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. 2. reimp. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. Milton. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. Milton. *O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países Subdesenvolvidos*. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2. ed., reimp. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Anelino F. da. *A relação cidade-campo: como analisá-la?*. Natal: Imagem Gráfica e Editora, 1998.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução da 2 ed. Inglesa. Vera Ribeiro; revisão técnica Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993